

**AS CRISES NA BOLÍVIA COMO REVOLUÇÃO PASSIVA E
TRANSFORMISMO: O MERCADO TRANSNACIONAL**
*THE CRISES IN BOLIVIA AS PASSIVE REVOLUTION AND
TRANSFORMISM: THE TRANSNATIONAL MARKET*
*LAS CRISIS EN BOLIVIA COMO REVOLUCIÓN PASIVA Y
TRANSFORMISMO: EL MERCADO TRANSNACIONAL*

Vanusa Cristina de Oliveira¹

RESUMO:

O Estado Plurinacional da Bolívia formalizado em Assembleia Constituinte durante os anos de 2006-2007 como resultado de reivindicações históricas e lacunas sociais emergentes na velha sociedade de classes. A figura de representação dos grupos sociais subalternos por Evo Morales promoveu a rearticulação das demandas criativas de sua base de apoio em caráter pactual. A emergência de atores coletivos concorre com uma oligarquia secular fundamentada no racismo como pressupostos de acumulação e de seleção social. Para compreender tais divergências, as categorias de revolução passiva e de transformismo, desenvolvidas por Antonio Gramsci instrumenta neste trabalho, a análise dialética da manutenção do interesse capitalista do tipo extrativista em continuidade na história boliviana. O presente trabalho busca assimilar tais transformações a partir da transnacionalidade afim de apurar as recentes crises políticas como restauração do grupo dominante nas estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Bolívia. Transformismo. Transnacionalidade.

ABSTRACT:

The Plurinational State of Bolivia formalized into a Constituent Assembly during the years 2006-2007 as a result of historical claims and emerging social gaps in the old class society. The figure of representation of subaltern social groups by Evo Morales promoted the rearticulation of the creative demands of his base of support in a pact character. The emergence of collective actors competes with a secular oligarchy based on racism as assumptions of accumulation and social selection. In order to understand such divergences, the categories of passive revolution and transformism, developed by Antonio Gramsci, implement in this work, the dialectical analysis of the maintenance of capitalist interest of the extractivist type in continuity in Bolivian history. The present work seeks to assimilate such transformations from transnationality in order to investigate the recent political crises as restoration of the dominant group in power structures.

KEY WORDS: Bolivia. Transformism. Transnationality.

RESUMEN:

El Estado Plurinacional de Bolivia se formalizó en Asamblea Constituyente durante los años 2006-2007 como resultado de reivindicaciones históricas y brechas sociales emergentes en la

vieja sociedad de clases. La figura de representación de los grupos sociales subalternos de Evo Morales promovió la rearticulación de las demandas creativas de su base de apoyo en un carácter de pacto. El surgimiento de actores colectivos compite con una oligarquía secular basada en el racismo como supuestos de acumulación y selección social. Para comprender tales divergencias, las categorías de revolución pasiva y transformismo, desarrolladas por Antonio Gramsci, implementan en este trabajo, el análisis dialéctico del mantenimiento del interés capitalista de tipo extractivista en continuidad en la historia boliviana. El presente trabajo busca asimilar tales transformaciones desde la transnacionalidad para investigar las crisis políticas recientes como restauración del grupo dominante en las estructuras de poder.

PALABRAS CLAVE: Bolivia. Transformismo. Transnacionalidad.

INTRODUÇÃO

A construção social boliviana baseada sumariamente na exploração dos recursos naturais e mão-de-obra atravessa na história e no tempo a emergência da consolidação democrática de sua diversidade étnica e material. Os pendulares processos democráticos firmaram as específicas demandas por direitos, sobretudo os concernentes à questão da terra em uma relação de nivelamento de interesses através de alianças e pactos com setores estratégicos em concorrência com o desenvolvimento do capitalismo agrário.

O trabalho busca verificar especialmente nas últimas duas décadas de gestão por Evo Morales à frente pelo Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político para Soberania dos Povos (MAS-IPSP), tais processos conciliatórios entre a base de apoio fundamental para a ascensão e manutenção do político no comando do país, ao mesmo tempo que busca assimilar a compensação entre a oposição empresarial evidentemente alinhada com a acumulação extrativista agroexportadora.

Isto posto, a presente investigação intenta explorar tais hipóteses: i) a atuação dos grupos oligárquicos na formação estrutural da produção agrária-capitalista em controle econômico a nível regional; ii) a remissão estatal ao (i) enquanto fórmula de preservação e seguridade nacional; e, iii) (re)construção do Estado Plurinacional condicionado a (i) e (ii) como processo de revolução passiva do tipo “revolução sem revolução”.

O transformismo como fenômeno que abrange a absorção gradual das demandas de classe “obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários”, desempenha na vida política reformas orgânicas com o propósito de conceber e/ou prover a hegemonia política.

A Bolívia país central da América do Sul abundante em minérios, petróleo e derivados convive com a constante marcha de interesse capitalista exploratório na região. A formação social boliviana herança da colonização hispânica formou as castas oligárquicas na estrutura econômica com ampla influência na política local. As elites

cruceñas detém a maior parte territorial de seus principais recursos energéticos advindas de grande investimento estrangeiro para captação e exportação dos produtos.

Por outro lado, na região do altiplano e na andina seguem em pré-desenvolvimento de suas potencialidades produtivas o que converge para duas ambiguidades: a primeira condiz com a ancestralidade da plantação e comercialização da folha da coca e isso significa (re)territorialização e amplo investimento público; e em segundo momento, e consequência deste último, a carente reeducação capital-Estado a respeito das “economias plurais”.

A questão da terra e da raça no país boliviano são dois dos principais conflitos de interesse para a consolidação de uma democracia plena e erradicação/diminuição das diferenças de classe. A mentalidade afiada no racismo estrutural seja para com os indígenas ou aos afro-bolivianos permanece em vital disputa carente da mediação intelectual e moral perante o Estado.

Não obstante, para acessar a compreensão das relações de força e da estrutura social boliviana é necessário a adesão a refinadas categorias analíticas teórico-práticas que possam traduzir os constantes eventos de crise política da qual o país sobrevive. Para isto, selecionamos neste trabalho, ainda que brevemente, as assertivas leituras de Antonio Gramsci para designar os processos históricos que decorrem das revoluções passivas em transformação/restauração da política nacional.

Neste sentido, dividimos este trabalho em duas partes, sendo a primeira dedicada a enfatizar a atribuição de transformismo no governo assumido por Evo Morales e as principais estratégias de conciliação de classes na relação capital-Estado. Partimos da construção coletiva na Assembleia Constituinte e suas principais demandas absorvidas, do mesmo modo, que a permanência de benefícios de classe para elite empresarial oligárquica se efetiva em lei na Constituição de 2009.

No segundo momento, dedicamos atenção ao desdobramento de eventos que serão destacados para abrir à interpretação da “revolução sem revolução” como tática proeminente e característica na Bolívia nos dez últimos anos. Almeja-se assim, contribuir com as considerações finais através dos instrumentos analíticos gramscianos da ciência política e das relações internacionais para decompor as principais crises do governo especialmente as que convergiram no golpe de 2019.

A Constituição de 2009 como estratégia de conciliação

O período de Assembleia Constituinte no primeiro ano de mandato do governo Morales-Linera congregou vários setores populares, especialmente o Pacto de Unidade, para reconstituir em terreno nacional a baixa cultura sobretudo das populações indígenas. Em linhas gerais, o processo atendeu à demandas históricas do indianismo

prático boliviano, isto é, da camada popular que compõe a massa da sociedade civil que permaneceu durante séculos à margem das decisões políticas no país.

A inédita promulgação latino-americana de instituir a plurinacionalidade como governo de múltiplas camadas encontrou na figura do líder sindical Evo Morales um duplo respaldo: o de mobilizar a campanha eleitoral e construir a hegemonia do partido Movimento ao Socialismo (MAS) e o de conceder as reivindicações que foram nulas ou parcialmente atendidas nos governos anteriores.

O então chamado “processo de câmbio” é, portanto, a realocação dos sujeitos coletivos indígenas e a instituição de direitos dos mesmos. A adequação das línguas quéchua e aimará para educação e saúde, a universalização do ensino com a determinação de acesso para o ensino superior, a oficialização da bandeira *whipala* como símbolo nacional, entre outros., formam o conjunto de concessões jurídicas e simbólicas firmadas na constituição.

Há que se destacar a reforma agrária popular em contraposição aos interesses extrativistas com os setores agroindustriais. Nas zonas do altiplano e andinas, o contingente com maior população de camponeses indígenas teve pouca e/ou insignificante redistribuição fundiária nas últimas décadas. Por outro lado, a concentração de terra entre os capitalistas agroindustriais controla as cadeias de valor em subordinação direta com a economia transnacional.

Fundamentado no relatório de titulação de terras promovido pela Fundación Tierra, a “Segunda Reforma Agraria: Una historia que incomoda” (2016)² organizado por Gonzalo Coque, Efraim Tinta e Esteban Sanjinés, foi elaborado o quadro (1) abaixo afim de compreender que “los resultados del saneamiento de tierras en la “zona de expansión” de Santa Cruz, donde se ubica el 75% de la tierra cultivada en el país”, em relação as TCOs “los camponeses e indígenas tienen acceso a menos de la tercera parte”, e o restante “han quedado consolidadas y tituladas a favor de medianas propiedades y empresas agropecuarias”. (WEBBER. Jeffery., 2017, p. 209)

1 - Resultados de saneamiento en la "zona de expansión" agroindustrial de Santa Cruz (1996-2014)

Tipo de propiedad	Superficie saneada y titulada (ha)	%	Nº de títulos	%	Superficie promedio por título (ha)
Pequeña propiedad	618.350	16,9	17.593	82,9	35,2
Mediana propiedad	544.743	14,9	1.672	7,9	325,8
Empresa agropecuaria	1.711.014	46,7	888	4,2	1.926,8
Propiedad comunaria	323.924	8,8	376	1,8	861,5
Tierras Comunitarias de Origen (TCO)	138.899	3,8	87	0,4	1.596,5
Sin datos	329.419	9,0	622	2,9	529,6
Total	3.666.349	100,0	21.238	100,0	5.307,6

A principal retórica de compromisso histórico da administração pública com os setores camponeses e comunitários baseia-se fundamentalmente em torno da segurança e soberania alimentar através de uma justiça agrária de equidade. Contudo, como resultado da constituinte foi aprovado a criação do Ministério de Desenvolvimento Rural e de Terras, determinado a expropriação de terras improdutivas que não cumpram a Função Social e demarcado as Terras Comunitárias de Origem para grupos das terras altas e baixas.

A economia plural articuladas com a reforma agrária atingiu a três específicos modos de produção: “exportadores industriales a gran escala; productores campesinos familiares; y las tierras comunitarias de origen (TCO)” (WEBBER, Jeffery. 2017, p. 196). Neste primeiro período (2006-2009), a lei 3545 “Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria (LRCRA)” em vigência através da “Ley del Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA)”, a qual determina o processo de saneamento e registro de terras improdutivas do qual o órgão “había sido cooptado y “funcionalizado” a los intereses de latifundistas”. (idem)

A cooptação do INRA para o relançamento da reforma agrária convergiu em conflitos sociais nas relações agrárias bolivianas de modo que a discussão em torno da noção de território indígena que “van mucho más allá de las potencialidades simplemente productivas de la tierra” e correspondem a “las formas culturales y simbólicas integrales de los modos de vida indígenas con la apropiación material de la tierra y el territorio” (WEBBER, Jeffery. 2017, p. 196), entendido como o espaço multidimensional de reprodução de distintos modos de vida indígena incluindo sua autodeterminação.

O quadro (2) abaixo relaciona os grupos favorecidos com a titulação de terras entre 2010-2014 apresentando, portanto, que “hubo un mayor número de hectáreas tituladas distribuidas a favor del sector agroindustrial” e para o agronegócio “hasta 3.763 hectáreas por título comparado con 1.500 entre 1996 y 2006”, sendo que “estas

propiedades agroindustriales se localizaban principalmente en Santa Cruz y Beni, y en menor medida en Tarija, Chuquisaca y el norte de La Paz”. (WEBBER, Jeffery., 2017, p. 208-9)

2 – Beneficiarios del saneamiento y titulación según grandes grupos de tipos de propiedad

Tipos de propiedad	N° de títulos	N° de beneficiarios	Superficie saneada y titulada (ha)	Hectáreas por título	Hectáreas por beneficiario
Campesinos e interculturales (pequeña propiedad, propiedad comunitaria)	444.880	1.135.283	17.800.000	40	16
Medianos y empresarios (mediana propiedad y empresa agropecuaria)	3.293	6.328	6.300.000	1.913	996
Tierras Comunitarias de Origen (TCO)	1.283	494.414	23.900.000	18.628	48
Total	449.456	1.636.025	48.000.000	107	29

Analizado por Jeffery Webber, em artigo publicado pelo Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO), “*Evo Morales, el transformismo y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia*” (2017), estes últimos são considerados os indícios “de que dentro de la dialéctica gramsciana de transformación/restauración, el acento estaría en la primera, es decir en la transformación revolucionaria.” (p.196). O Pacto de Unidade em torno de dezenas de agrupações populares campesinas das terras altas e baixas:

incluyendo la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), el Consejo Nacional de Ayllus y Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” (CNMCIQB-BS) y la Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB). (WEBBER, 2017, p. 198)

Estes principais grupos organizados buscaram a partir da Constituinte reestabelecer as relações “entre el Estado y la sociedad sobre nuevas bases [...]”, contudo, a correspondência do governo Evo com as elites agroindustriais a partir de 2010 que “forjaron una nueva alianza agro-capital-Estado” (p. 205), estimularam uma ruptura entre a base de apoio de Morales que alcança com a reaproximação às elites *cruceñas*, o apaziguamento da intenção de golpe em 2008, pois:

Después de perder terreno en el ámbito electoral, la derecha autonomista de las tierras bajas optó por una desestabilización extraparlamentaria bajo la

forma de un “golpe cívico” a nivel departamental. Del 9 de septiembre al 16 de septiembre de 2008, se realizaron importantes movilizaciones de la derecha, y 75 instituciones gubernamentales fueron ocupadas por movimientos cívicos conservadores en los departamentos de la “media luna”, incluyendo las oficinas de la institución estatal de reforma agraria (INRA) y la compañía telefónica (ENTEL). (WEBBER, 207, p. 199)

Na somatória do primeiro período de gestão, a principal pauta de conciliação foi em torno da questão da terra e das autonomias, tanto indígenas quanto das departamentais. Qualitativamente, este último grupo recebeu maior respaldo nas políticas governamentais especialmente com a abertura de financiamento com o Banco Mundial, as brechas na expropriação de terras improdutivas (seja pela burocracia e falta de transparência das zonas de saneamento, seja pela possibilidade de recorrer à fiscalização produtiva), bem como o aumento de investimento estrangeiro na iniciativa privada de exploração³.

A Lei de Autonomias (2004) instituída com a Constituição de 2009 prevê a autonomia e controle administrativo aos governadores dos departamentos. Na prática, os políticos atendem às demandas produtivas controladas pela burguesia local pois no movimento, os royalties retornam para cada departamento⁴. Outrossim, cabe à autonomia departamental fiscalizar as terras improdutivas bem como o cadastramento de titulação para comunidades indígenas locais.

Nesta última observação, destacamos a vulnerabilidade jurídica de proteção aos direitos comunitários sobre a terra. Em 2010 quando liderada principalmente pela Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB), uma marcha indígena a protestar contra a Lei de Autonomias pois “consideraron que las nuevas leyes estaban por debajo de las exigencias históricas [...] designados en el Congreso para la auto-representación indígena”, havia também a denúncia que a nova legislação “no abarcaba suficientemente el respeto a la consulta previa libre e informada con las comunidades”. (WEBBER, Jeffery., 2017, p. 205)

Não obstante, em 2011 decorre a Marcha Indígena contra a construção da rodovia que atravessaria a Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Securé (TIPNIS) com a justificativa oficial de amparar a logística entre os departamentos de Beni a Cochabamba. A manifestação contestou a atitude política e “su derecho al autogobierno y a la consulta previa antes de que cualquier proyecto de desarrollo fuera planeado y ejecutado” (p.206). A acusação foi de que o governo não consultou as comunidades do TIPNIS para a construção ao passo que facilitaria o desmatamento ilegal e repressão aos povos.

Às transformações nas alianças de classe nos períodos apresentados podemos intentar compreendê-las enquanto o fenômeno de transformismo conceituado por

Antonio Gramsci. Na ocasião de estruturação conceitual, Gramsci fundamenta no pós-unificação da Itália o processo de *Risorgimento*, o inciso de número 11 sobre Maquiavel de que as “modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2002, p. 317).

O transformismo, isto é, a reelaboração de uma classe dirigente em movimento de absorção – gradual – dos grupos aliados e adversários com métodos de neutralização das relações de força entre os grupos sem utilizar do terror ou da opressão, isto é, a forma de “revolução sem revolução”, processo que é “sostenida desde arriba, –aun cuando incorporó ciertas demandas formuladas desde abajo” (Modonesi, 2020, s.p)

O conjunto de mudanças que marcam um período de transição e as forças políticas que “acaban garantizando la estabilidad de las relaciones fundamentales de dominación” assumem a dialética de transformação-preservação. As capacidades de mobilização social são cooptadas (pela coerção ou consenso) reestruturando as classes dominantes em reformas conservadoras na estrutura social, “logrando así un consenso pasivo de las clases dominadas”. (Modonesi, 2012, p. 143)

Jeffery Webber assinala que no caso da Bolívia, ambos os movimentos de reforma agrária e da consolidação do capitalismo agrário durante os dez primeiros anos de governo de Evo Morales perpassa pela aliança entre os grupos de classe no que se refere a questão da terra. Num primeiro momento “etiquetada como confrontación insurgente, mapea el terreno de la lucha de clases” (p. 192) em torno da Constituinte em 2006, e o resultado na Constituição em 2009.

Numa segunda conjuntura, a da aliança “agro-capital-Estado” e da ampliação de concessões, ou melhor, da facilidade burocrática com que estes grupos de interesse acionaram as suas questões de classe e reconfigurou ao mesmo tempo que preservou, entre 2010 e 2016 o controle sobre a produção local e conseqüentemente sobre a política nacional.

Na prática, o transformismo atuou na: i) a decomposição de movimentos e lideranças camponesas baixo a subordinação estatal desenvolvida especialmente no segundo período de gestão; ii) a restauração do poderio oligárquico com o fortalecimento da lei de autonomias e da expansão do capital agroindustrial transnacional, e iii) afastamento das decisões políticas locais que ficaram a cargo da administração departamental.

No próximo tópico trabalharemos as concepções gramscianas concernentes ao fenômeno do transformismo em manutenção da dominação agroexportadora. A análise se dedicará a compreender a recomposição da burguesia nacional e intenta dialogar

com a sobreposição do mercado transnacional como comportamento da remissão estatal na Bolívia.

Revolução-restauração e crise no Estado Plurinacional da Bolívia

Destacado por Massimo Modonesi (2012), “la caracterización del substantivo revolución se refiere en efecto al contenido y el alcance de la transformación, como se infiere de la fórmula “revolución sin revolución”, ou seja, “transformación revolucionaria sin irrupción revolucionaria, sin revolución social” (p.142). A modernização conservadora implícita na revolução passiva conduzida desde cima seja pela iniciativa dos grupos dominantes ou mesmo no aparato estatal como elo estratégico “para compensar la debilidad relativa de las clases dominantes” (idem).

A dominação que corresponde à capacidade de promover reformas conservadoras obtendo consenso passivo das classes dominadas, expressada em determinado período histórico, reflète na correlação de forças e no fator de modificação das mesmas. As classes dominantes “acogen cierta parte de las exigencias populares” de modo que algumas demandas são incorporadas e realizadas desde cima. Modonesi define, portanto:

El transformismo aparece entonces como un dispositivo vinculado a la revolución pasiva en la medida en que modifica la correlación de fuerzas en forma molecular en función de drenar –por medio de la cooptación- fuerzas y poder hacia un proyecto de dominación en aras de garantizar la pasividad y de promover la desmovilización de las clases subalternas. (MODONESI, 2012, p. 149)

À medida que elementos, grupos ou setores são absorvidos/cooptados por forças e projetos conservadores e “mudam” para o terreno da institucionalidade “para operar o hacer efectivos tanto las políticas públicas orientadas a la redistribución,” de igual modo que “son operados como poderosos dispositivos clientelares y de construcción de lealtades políticas”. (idem)

O pesquisador Massimo Modonesi particulariza sua investigação para os países latino-americanos e compreende no início do século XXI especialmente após a implementação do neoliberalismo como paradigma político-econômico e como modelo dominante na maioria dos países. Alguns desses governos – no caso da Bolívia – em oposição ao neoliberalismo recolocaram o Estado na intervenção⁵ central no desenvolvimento social e econômico.

Grupos que pactuam com a agenda progressista que se mantém articulados com as velhas e novas elites oligárquicas ruminando o caminho para desativar a autonomia estatal em manutenção das políticas distributivas. Os grupos sociais subalternos com acumuladas experiências de resistência ressurgem no início do milênio promovendo “su fuerza política en el juego institucional y particularmente electoral” assim contribuindo

com “una oleada de derrotas electorales para los partidarios del neoliberalismo y la correspondiente apertura de uno de los más grandes procesos de recambio relativo de los grupos dirigentes”. (idem)

Ao mesmo tempo o processo de passivação do Estado no controle social e econômico têm de atuar em movimento transformista seja com “la cooptación y el ingreso voluntario y entusiasta de dirigentes y militantes de movimientos populares a las instituciones estatales en vista de traducir las demandas en políticas públicas”, seja pela “la tendencia al repliegue corporativo-clientelar de gran parte de las organizaciones y los movimientos que habían protagonizado las etapas anteriores.” (Modonesi, 2012, s.p)

Afirma Modonesi:

En el caso de las experiencias latinoamericanas que estamos tratando de caracterizar, más que en lo ejemplos que utiliza Gramsci, no es posible afirmar tajantemente que los gobiernos progresistas sean expresiones directas de las clases dominantes y de la burguesía así como no podríamos afirmar lo contrario, es decir que surjan estrictamente de las clases subalternas y de los trabajadores. Sin embargo, entre las mediaciones y las contradicciones interclasistas que, con distintos matices y énfasis, aparecen en todos estos casos, se perciben claramente unos alcances progresistas pero también unos límites conservadores al horizonte de transformación y el color ideológico del proyecto y, en últimos, se vislumbra un evidente rasgo de clase -en última instancia- al cual evidentemente se refería Gramsci. (MODONESI, 2012)

Contudo, as limitações dos movimentos populares em sua falta de organicidade e unidade também os põe em posição passiva especialmente porque “en la fase de institucionalización, aparecen instancias de democracia directa establecidas las tres nuevas constituciones (Venezuela, Ecuador y Bolivia)”. Modonesi especula que a institucionalização das demandas populares em um entorno de instituições liberais com democracia representativa “siempre y cuando no se vacíen de contenido, no se vuelvan simples eslabones burocráticos y se conviertan en mecanismos de control social.”

Os fenômenos de cooptação que absorvem setores e grupos massivos de dirigentes de movimentos populares é ponto central na leitura da revolução passiva para compreender as crises de hegemonia nos últimos cinco anos. A convergência entre as forças sociais historicamente opostas (direita e esquerda), a decolonialidade e a modernidade, relaciona e domestica os movimentos populares “mediante su absorción parcial en los aparatos burocráticos del Estado” (WEBBER, 2017, p.216)

O capitalismo desigual e combinado, a luta de classes pela terra na Bolívia e a questão da raça, teve no primeiro mandato de Morales uma confrontação “relativamente abierta [...] en la cual una profunda transformación se avizoraba como

una posibilidad”, seguido no segundo período (2010-2016) “el fuerte realineamiento y restauración a través de una inusual alianza agro-capital Estado” (idem)

O programa plurinacional demonstrou no primeiro mandato um distanciamento com a política neoliberal no setor agrário. Momento de insurgência popular revestida pelo Pacto de Unidade que teve papel fundamental na recondução da política de redistribuição de terras na Assembleia Constituinte. A nova Constituição incorporou relativas demandas campesino-indígenas ao mesmo tempo de afastamento das elites agroindustriais que estavam mobilizados para garantir sua autonomia de exploração dos seus recursos naturais.

A consolidação do capitalismo agrário como estratégia de manutenção política do governo Morales se transformou em força contra a autonomia estatal e subalterna, dando espaço para a expansão do agronegócio e financiamento transnacional e “integrando subordinadamente a los campesinos ricos y explotando el trabajo asalariado de los sin tierra o con poca tierra o excluyéndolos totalmente como parte de la población excedente irrelevante para la acumulación capitalista.” (WEBBER, 2017, p. 217)

Outrossim, a relação com o mercado internacional requiere o condicionamento passivo dos países agroexportadores. Conforme analisado pelo cientista político Adam Morton (2007) acerca da “*The Global Political Economy of Uneven Development*”⁶, a dimensão socioespacial na luta de classes “reveals a spatial grasp of world history rooted in social relations and geographies of complexly uneven development”⁷ (MORTON, 2007, p. 137), isto é, as “geografias desiguais” nas relações de produção e de acumulação capitalista superam a configuração estado-cêntrica e o transformam em estado-transnacional.

O autor desenvolve no livro observando na história da formação do Estado moderno, a noção de espacialidade ‘nodal’, ou seja, o quão e em quantas diferentes ‘escalas’ os Estados interrelacionados se transmutam no tempo. Dessa perspectiva, a categoria gramsciana de “of passive revolution captures such dynamics whilst also highlighting the continued relevance of uneven development as a framing of social divisions in world order”⁸ (MORTON, 2007, p. 139-40).

As condições para medir a relação de forças entre as classes é a de reprodução das desigualdades, desnodando o Estado da mediação direta como ‘correia de transmissão’. São as desigualdades que fornecem as bases para a transição do estado-transnacional. A globalização, portanto, cumpriu com os fundamentos necessários para desestruturar a configuração estado-centrismo e construir uma classe global sobrepostas às estruturas nacionais.

Assim sendo, a dinâmica do capital internacional *remodela* a função do Estado em uma relação de aliança de classes transnacionais se transformando nos executores locais da elite transnacional. A internacionalização de interesses, isto é, a reestruturação da classe global, de acordo com o sociólogo William Robinson (2001), “is leading to the accelerated proletarianisation of peasant communities. This is the process by which peasants lose access to land and become workers” (MORTON, 2007, p. 143)

Na América Latina, a ascensão e domínio da classe agroexportadora além de promover a proletarização do campesinato, os imbuíu à concorrência desigual pela terra. Nos países indoamericanos como no caso da Bolívia, tal disputa foi agenciada através da mediação estatal. Sem, evidentemente, suprimir a atuação histórica dos grupos organizados ou não na luta pela reforma agrária, as experiências mais próximas para tal, precisaram necessariamente do aceno jurídico para coexistir.

Outrossim, cabe destacar que a classe agroexportadora boliviana é hereditária do domínio colonial. A formação regional assentou as bases de exploração das variadas matérias-primas e dos variados marcos políticos, especialmente os decorrentes de crises sociais locais. As castas oligárquicas formaram o conjunto de expectativa para o desenvolvimentismo do tipo acumulador, isto é, sem interesse e/ou intenção de progresso nacional.

Assim, o presente trabalho destaca prontamente os dois lados da mesma moeda: o histórico imbróglio do campesinato pela recuperação simbólica e material da terra, seja para promover sua manutenção cultural seja para postular o direito legal da mesma; e, a irremissível subordinação do Estado boliviano ao movimento autônomo da elite oligárquica nacional.

Considerações finais

Os países indo-americanos de formação social fundamentada na exploração dependente dos ciclos hegemônicos internacionais retardaram em seu desenvolvimento econômico-tecnológico, o estabelecimento de democracias plenas que abarquem todo conjunto da vida social.

Na Bolívia, a diversidade cultural dissipada pela eurocentrismo e imperialismo norteamericano (re)acendeu com a Constituição de 2009 à discussão acerca da (re)centralização político-administrativa para os povos indígenas. Contudo, a absorção jurídica das demandas históricas desempenhou ambígua função: na realidade, a garantia estatal do direito à terra não assumiu na prática a seguridade para a diversificação da produtividade agrária, ocorreu o favorecimento da expansão do agronegócio como política desenvolvimentista local.

A transição democrática em confronto direto com o modelo extrativista neoliberal é um caminho bifurcado na realidade boliviana, pois atende e reproduz a luta

de classes em questão multidimensional sobre etnia, religião e terra. Do mesmo modo que os grupos dirigentes se rearticulam em política de conciliação para manter os grupos subalternos em controle social e produtivo.

O governo de Morales caracterizado neste trabalho como transformista sobretudo por sua destreza (remissão) em articular o interesse dos grupos étnicos e empresariais, transmutou nos três períodos para manter a sua hegemonia, entre os vários setores sociais a política conciliadora-reformista.

As indagações empreendidas neste trabalho buscam a partir da leitura gramsciana, contribuir para o questionamento das permanentes crises e desacordos que frequentemente ressurgem na estabilidade política acionada muitas das vezes pelo transformismo em finalidade de revolução passiva.

Como tema inacabado por complexidade histórica e pela dialética entre os grupos dominantes e subalternos, locais e internacionais, as crises no país destacado permanecem em constante averiguação para intentar compreender os múltiplos movimentos que condiciona a Bolívia ao subdesenvolvimento, ao conflito étnico e à necessidade do personalismo jurídico em detrimento das atuações autônomas e auto-gestionadas.

Por fim, algumas categorias nas ciências sociais aproximam a lupa histórica para entendimento específico – não generalizado – de problemas estruturais na América Latina. Evidentemente com a cautela instrumental, o presente texto abriu para o debate que há muito se faz urgente na Bolívia: a dependência personalista para assentar a democracia em essência nacional ao passo que o contínuo fluxo de rearticulação oligárquica reprime as tentativas primárias. É um longo caminho.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. Caderno 19 (1934-1935): Risorgimento Italiano. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA. **Estado de saneamento**. La Paz. 2015. Disponível em: <<https://www.inra.gob.bo/InraPb/paginaController?cmd=contenido&id=6561>>. Acesso em: 27 nov. 2022

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA. **La tierra vuelve a manos indígenas y campesinas**. La Paz. 2010. Disponível em: <<https://inra.gob.bo/InraPb/upload/LaTierraVuelveManosIndigenas.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2022

LINERA, G. A. **Las Tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso del cambio**, La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011

MODONESI, Massimo. **Revoluciones pasivas en América Latina: Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo** Associacio D'estudis Gramscianos de Catalunya. 2020. Disponível em: <https://gramsci.cat/revoluciones-pasivas-en-america-latina-una-aproximacion-gramsciana-a-la-caracterizacion-de-los-gobiernos-progresistas-de-inicio-de-siglo/>.

Acesso em: 29 nov. 2022

Modonesi, Massimo. **Revoluciones pasivas en América Latina: Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio del siglo** en Thwaites Rey, M. (ed.) *El estado en América Latina: Continuidades y rupturas* (Santiago: CLACSO) pp. 139-166, 2012

MORTON. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Ann Arbor: Pluto Press, 2007

WEBBER, Jeffery. **EVO MORALES, EL “TRANSFORMISMO” Y LA CONSOLIDACIÓN DEL CAPITALISMO AGRARIO EN BOLIVIA: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. CLACSO, 2017

NOTAS

1 Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Unesp de Marília. Bacharel e licenciada pela mesma universidade. Bolsista CAPES/DS, Faculdade de Filosofia e Ciências, vanusa.oliveira@unesp.br, ORCID: 0000-0002-2263-0869

2 Colque, G.; Tinta, E. y Sanjinés, E. 2016 Segunda Reforma Agraria. Una historia que incomoda (La Paz: TIERRA). Disponível em: https://mail.ipdrs.org/images/en_papel/archivos/Segunda-Reforma-Agraria-2E.PDF. Acesso em: 05 jan. 2023

3 “[...] cinco empresas llegaron a controlar el 90% de la producción de soya y sus derivados para la exportación [...] Estas fueron Gravel Bolívia, Industrias de Aceites SAO, Archer Daniel Midland, Industrias Oleaginosas (IOL), Cargill Bolívia y Bunge (Global Company). Los inversionistas transnacionales que operan a través de estas compañías han capturado grandes volúmenes de los mercados de almacenamiento, procesamiento y exportación de Bolívia, incluyendo algunas de las mayores corporaciones agroindustriales del mundo: ADM, Bunge, Cargill y Louis Dreyfus”. (WEBBER, 2017, p. 203)

4 Atualmente o país está com dezenas de “anillos” de paralização nas fronteiras departamentais afim de contestar a determinação da Lei do Censo, a qual prevê de o relatório censitário ser definido até 2024 o que atrasa a “distribuição” dos royalties departamentais.

5 “Uno de los cuestionamientos más destacados apunta al uso de las políticas sociales asistencialistas – que responden parcialmente a demandas formuladas desde abajo– a las cuales recurrieron abundantemente todos estos gobiernos y que, por un parte, operan un redistribución de la riqueza –que hay que festejar– mientras, por la otra, no sólo no garantizan a los pobres medios propios y durables para garantizar su bienestar sino que además operan y son operados como poderosos dispositivos clientelares y de construcción de lealtades políticas” (MODONESI, 2012)

6 “revela um espaço compreensão da história do mundo enraizada nas relações sociais e geografias de

desenvolvimento complexamente desigual” (tradução própria)

7 “da revolução passiva captura tal dinâmica ao mesmo tempo, destacando a relevância contínua de até mesmo desenvolvimento como um enquadramento das divisões sociais na ordem mundial.” (tradução própria)

8 “levando à proletarização acelerada das comunidades camponesas. Este é o processo pelo qual os camponeses perdem o acesso à terra e se tornam trabalhadores” (tradução própria)

Recebido em 3 de dezembro de 2022

Aceito em 20 de janeiro de 2023

Editado em fevereiro de 2023